



Ata Reunião do NDE
Data: 13 de novembro de 2025

No dia 13 de novembro do ano de 2025, às 15 horas e 00 minutos, na sala 202 do DESU, reuniram-se os membros do NDE do curso presencial e EaD de Pedagogia — Aline Xavier, Erick Rommel, Priscilla Cavalcante, Tania Chalhub, Simone Gonçalves, Rosana Prado, Maria Inês Azevedo, Heidi Baeck e Mario Missagia —, bem como demais professores do departamento. O coordenador do curso presencial de Pedagogia, Mario Missagia, abriu a reunião apresentando as pautas ligadas ao curso presencial: fluxo de TCCs para o Repositório Huet, estudo dirigido e indicação de temas para TCC por professor. Iniciando a discussão do primeiro tema, o coordenador do curso presencial lembrou aos presentes que, em reunião anterior, não foi possível chegar a uma conclusão sobre quais trabalhos deveriam ou não ser incluídos no Repositório Huet. O professor recordou ainda que se discutiu a possibilidade de os trabalhos serem inseridos de forma aberta à consulta externa ou de forma fechada, cabendo ao professor o envio da versão final. A professora Nívea Ximenes destacou que há hoje uma grande diversidade de temas presentes no Repositório Huet, diversidade que a surpreendeu. A professora defendeu que haja um revisor avaliando os trabalhos que devem ou não ser publicados, tendo em vista sua adequação às normas. A professora Tania Chalhub, responsável pelo repositório, acrescentou que apenas trabalhos em conformidade com as regras podem ser publicados e defendeu que não haja banca ou outras formas de avaliação além da própria banca de TCC, que já é responsável por sua avaliação. Tania Chalhub destacou ainda que o INES não obriga a publicação no repositório, o que é incomum em relação a outras instituições, que possuem seus próprios repositórios. A professora Heidi Baeck defendeu a inclusão de todos os TCCs no repositório, ficando a cargo do orientador optar por abrir ou não o acesso público. Para a professora de Metodologia de Pesquisa, tanto a nota quanto uma segunda banca seriam um erro. A professora Maria Inês Azevedo iniciou sua fala questionando a presença virtual de colegas do NDE, lembrando aos presentes que a reunião estava prevista para acontecer de forma presencial. Para a professora, ao realizarmos de forma híbrida uma reunião presencial, não apenas desvalorizamos o esforço de quem cumpriu a convocação, como também trazemos questões técnicas e de acessibilidade que acabam por prejudicar o debate. Passando às questões de mérito, a professora de Língua Portuguesa manifestou sua concordância com a fala anterior, destacando que caberia ao orientador apontar se o trabalho estaria ou não disponível ao público. Encerrando sua fala, Maria Inês Azevedo destacou que todos os TCCs devem estar registrados; atualmente, esse trabalho é feito pela biblioteca, e o resultado da discussão aponta para o Repositório Huet como novo local de registro. Para a professora, seria importante pensar no papel dessas duas instâncias. A professora Priscilla Cavalcante defendeu que não há mais razão



para se manter arquivos físicos de TCCs e, nesse sentido, o repositório parece ser o local adequado. Mario Missagia apontou que não houve falas contrárias à inserção dos TCCs no repositório, mas que ainda é necessário consultar a biblioteca e pensar um trâmite junto à equipe da DIRA e do repositório. O professor propôs que o tema retornasse na próxima reunião, ocasião em que traria a posição da biblioteca e do repositório sobre essas questões. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Como segundo ponto de pauta, discutiu-se a questão proposta pela professora Aline Lage: os critérios para a oferta de estudos dirigidos aos alunos da graduação presencial. A professora relatou que, durante a oferta da disciplina Psicologia e Educação II, em 2024, uma aluna concluinte perdeu a disciplina por faltas, ficando impossibilitada de se formar. Em 2025.1, a aluna buscou a coordenação do curso presencial solicitando que lhe fosse ofertada a disciplina como estudo dirigido, de modo que não precisasse aguardar nova oferta da disciplina para concluir os créditos do curso. A professora Aline Lage destacou que, se tivesse sido procurada pela aluna durante o semestre regular, teria buscado, junto a ela, uma alternativa para que seguisse cursando a disciplina. No entanto, a aluna não a procurou, deixando para pleitear junto à coordenação a oferta do estudo dirigido, o que é muito mais trabalhoso para o professor. As coordenações de curso e pedagógica entraram em contato com a professora solicitando a oferta do estudo dirigido e, diante da primeira negativa, insistiram. Por fim, ocorreu a oferta da disciplina fora do período devido, resultando em desfecho desfavorável para a aluna, que terminou reprovada. A professora destacou que, para além desse caso específico, é necessário estabelecer uma regra para lidar com essas situações de forma mais justa. A professora Heidi Baeck argumentou que, em geral, os professores do DESU acabam por dar muitas chances aos alunos, o que afeta o grau de compromisso destes com o curso. Questionou se, de modo geral, os professores cobram ou não frequência e defendeu a necessidade de um padrão de exigência, inclusive no que se refere às notas. Para a professora, o TCC é mais um exemplo dessa situação, em que professores vão além de suas atribuições para viabilizar a conclusão do curso por alunos. Caso essa situação não seja revista, os professores que mantêm as regras e o padrão de exigência acabam sendo penalizados. Diante disso, defendeu que não haja oferta de disciplinas como estudo dirigido. A professora Maria Inês Azevedo lembrou aos presentes que o foco, naquele momento, era a discussão sobre a oferta ou não de estudo dirigido. A discussão sobre critérios de avaliação deve respeitar a liberdade de cada professor de conduzir seus processos de ensino e avaliação. Dito isso, a professora de Língua Portuguesa considerou que a situação descrita pela professora Aline Lage está além do razoável, não cabendo o estudo dirigido, que nessas condições seria mesmo antipedagógico. A professora Simone Gonçalves afirmou que a responsabilidade pelas faltas não é do professor, que apenas as registra; é o aluno quem deixa de frequentar e, portanto, deve assumir essa responsabilidade. Para a professora de Libras, avaliar caso a caso é muito perigoso, tanto para a oferta de estudo dirigido quanto para a



consideração de atrasos e faltas. Defendeu que os professores se reúnam, conversem e sustentem um mesmo padrão de cobrança, inclusive para que o aluno valorize o curso. A professora Valéria Muniz observou que o quantitativo de alunos com problemas de atraso e falta é muito grande e questionou como lidar com essa situação. Mario Missagia argumentou que é necessário haver um padrão de exigência, mas que este não pode inviabilizar o curso. Citou como exemplo o horário de término do turno da noite, diante da falta de transporte, e a situação de alunos que se matriculam em um curso sem dispor do tempo necessário para cursá-lo, sendo preciso reconhecer que esses alunos devem concluir o curso em um tempo mais longo, sem ceder à pressão de tornar viável o que é inviável. A professora Aline Xavier avaliou que as faltas e a reprovação por nota costumam coincidir, fazendo com que os critérios de nota e frequência normalmente reforcem a reprovação, reduzindo o espaço para questionamentos. A professora Heidi Baeck defendeu que os professores alinhem seus padrões de exigência e sugeriu que uma reunião específica para esse fim seria importante. Diante das falas, Mario Missagia propôs como encaminhamento que a discussão sobre avaliações e cobrança de presença seja tema de um novo NDE em 2026.1. O encaminhamento foi aprovado. Valéria Muniz sugeriu que essa reunião fosse uma reunião pedagógica geral. A professora Aline Xavier defendeu que o NDE seja esse espaço, cabendo discutir quais processos podem ser revistos à luz das informações trazidas pelos colegas sobre suas turmas e alunos. A professora de Língua Portuguesa defendeu que se invista nas trocas entre os docentes, de modo a estimular o senso de responsabilidade entre os alunos. A professora Nívea Ximenes destacou que o AEE tem um papel importante nessa discussão, por estar ligado às adaptações voltadas a viabilizar a participação dos alunos. A professora Maria Inês Azevedo reforçou que o AEE é fundamental, mas se posicionou contrariamente à realização de reuniões que avaliem os alunos horizontalmente, como em um conselho de classe escolar. Destacou ainda que, no ensino superior, cabe maior grau de autonomia aos professores, bem como maior diversidade de práticas pedagógicas. Consultados sobre a manutenção da discussão sobre presença e avaliação nos próximos NDEs, os presentes manifestaram-se favoravelmente. Passando ao último ponto de pauta, indicação de temas para TCC por professor, o coordenador do curso passou a palavra à professora Heidi Baeck. A professora de Metodologia de Pesquisa sugeriu que cada professor ofereça um conjunto de temas para TCC, a serem disponibilizados aos alunos, especialmente àqueles que demonstram maior dificuldade em construir temas e em se relacionar com grupos de pesquisa. Destacou que, para os alunos que já propõem temas ou que estão inseridos em grupos de pesquisa, a medida teria menor impacto; por outro lado, para aqueles com mais dificuldade, pode fazer grande diferença. Sem mais a discutir, a reunião foi encerrada às 17 horas. A presente ata foi lavrada por Mario Missagia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR



Mario Missagia

Membros do NDE presentes na reunião que concordam com a Ata:

Erick Rommel: _____

Heidi Baeck: _____

Simone Peixoto: _____

Gabriel Lelis: _____

Priscilla Cavalcante: _____

Aline Xavier _____

Maria Inês Azevedo _____

Tania Chalhub _____